



FINITUDE E TERMINALIDADE NA PERSPECTIVA DOS CUIDADOS PALIATIVOS

RESUMO

Os cuidados paliativos têm se consolidado como uma abordagem essencial na assistência a pacientes com doenças crônicas e terminais, garantindo qualidade de vida e dignidade durante o processo de finitude. Este estudo tem como objetivo analisar a terminalidade sob a perspectiva dos cuidados paliativos, abordando os avanços e desafios na implementação dessa prática no Brasil. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, baseada em publicações científicas e legislações recentes sobre o tema. Os resultados demonstram que, apesar da criação da Política Nacional de Cuidados Paliativos e da Lei nº 14.758/2023, a efetivação dessa abordagem ainda enfrenta entraves, como a falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais capacitados e a resistência cultural em aceitar a morte como parte do ciclo natural da vida. A formação acadêmica insuficiente e a necessidade de maior investimento na capacitação dos profissionais de saúde também são desafios a serem superados. Conclui-se que a consolidação dos cuidados paliativos no Brasil exige a ampliação de políticas públicas, a inclusão da temática na formação profissional e a conscientização da sociedade sobre a importância de um atendimento humanizado no fim da vida.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Paliativo; Humanização.

1 INTRODUÇÃO

A finitude da vida é um tema que, historicamente, tem sido tratado com receio e, muitas vezes, negligenciado nos serviços de saúde. No entanto, com o avanço da medicina e o aumento da expectativa de vida, torna-se cada vez mais necessário discutir a terminalidade sob uma perspectiva que vá além da cura, contemplando o conforto, a dignidade e a qualidade de vida dos pacientes em estágios avançados de doenças crônicas e terminais. Nesse contexto, os cuidados paliativos emergem como uma abordagem essencial para garantir assistência integral e humanizada, minimizando o sofrimento físico, emocional e social dos indivíduos e de seus familiares (PESSINI; BERTACHINI, 2021).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define os cuidados paliativos como uma assistência que melhora a qualidade de vida dos pacientes e seus familiares diante de doenças que ameaçam a continuidade da vida, prevenindo e aliviando o sofrimento por meio da identificação precoce, avaliação e tratamento eficaz da dor e de outros problemas físicos, psicossociais e espirituais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020). No Brasil, esse modelo de atenção tem sido incorporado gradativamente às políticas públicas, destacando-se a recente Política Nacional de Cuidados Paliativos, lançada pelo Ministério da Saúde em 2024, e a Lei nº 14.758/2023, que regulamenta a oferta dessa assistência no Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2023; BRASIL, 2024).

Apesar desses avanços, a implementação dos cuidados paliativos ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais especializados e a carência de investimentos na formação acadêmica sobre o tema. Além disso, o estigma cultural em torno da morte e a concepção equivocada de que os cuidados paliativos representam uma desistência do tratamento dificultam a aceitação dessa abordagem tanto por parte dos profissionais de saúde quanto da sociedade em geral (SILVA; CARVALHO, 2023).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar a terminalidade e a finitude

sob a ótica dos cuidados paliativos, destacando os avanços e desafios na consolidação dessa prática no Brasil. A pesquisa se fundamenta em uma revisão bibliográfica, abordando a relevância dos cuidados paliativos na promoção de um atendimento mais humanizado e na garantia da dignidade dos pacientes em fase final de vida. Ao trazer essa discussão para o campo acadêmico, busca-se contribuir para a ampliação do conhecimento e para o fortalecimento de políticas públicas que assegurem o direito a uma assistência qualificada no fim da vida.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica, que consiste na análise e interpretação de materiais publicados, permitindo a compreensão dos avanços e desafios relacionados aos cuidados paliativos na terminalidade e finitude da vida. A escolha dessa metodologia se justifica pela necessidade de reunir e sintetizar o conhecimento existente sobre a temática, proporcionando um embasamento teórico sólido para a discussão (GIL, 2019). Foram selecionados publicações científicas, livros, legislações que abordam os cuidados paliativos e sua implementação no país. As fontes foram obtidas em bases de dados acadêmicos, incluindo Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed utilizando descritores como "cuidados paliativos", "terminalidade", "finitude", "políticas públicas" e "humanização da saúde". A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, buscando identificar e discutir os principais desafios enfrentados na consolidação dos cuidados paliativos no Brasil, bem como os avanços promovidos pela legislação e pelas políticas públicas. As informações foram organizadas de modo a fornecer um panorama crítico sobre a temática, permitindo a construção de um debate fundamentado sobre a importância da assistência humanizada no contexto da terminalidade (SEVERINO, 2017).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Finitude e Terminalidade na Perspectiva dos Cuidados Paliativos

A morte, muitas vezes vista como um tabu na sociedade ocidental, pode ser um processo doloroso não apenas fisicamente, mas também emocional e espiritualmente. O modelo biomédico tradicional, historicamente centrado na luta contra a doença, tende a prolongar a vida por meio de intervenções agressivas, muitas vezes desconsiderando a qualidade de vida do paciente (PESSINI; BERTACHINI, 2017). Os cuidados paliativos surgem como uma resposta a essa limitação, oferecendo uma abordagem que reconhece a finitude da vida e busca amenizar o sofrimento nessa fase (SEMERARO; SALETE; ROSA, 2021). Nesse contexto, conceitos como ortotanásia, eutanásia e kalotanásia estão diretamente relacionados à forma como a morte é compreendida e conduzida na assistência à saúde.

A ortotanásia refere-se ao processo natural da morte, sem a adoção de medidas desproporcionais que prolonguem artificialmente a vida de um paciente em fase terminal. Em contrapartida, a eutanásia consiste na antecipação intencional da morte de um paciente que sofre de uma doença incurável e que, geralmente, manifesta o desejo de abreviar seu sofrimento. No Brasil, no entanto, essa prática é considerada ilegal, sendo tipificada como crime pelo Código Penal (BRASIL, 1940). Convém ressaltar que a kalotanásia, termo menos difundido, refere-se à concepção de uma "boa morte", caracterizada por um processo de morrer digno e humanizado, com suporte integral ao paciente e sua família. Esse conceito está alinhado aos princípios dos cuidados paliativos, que buscam oferecer conforto e minimizar o sofrimento na terminalidade da vida (VIEIRA; BARROS, 2021). A kalotanásia enfatiza a importância da preparação para a morte, tanto do ponto de vista físico quanto emocional, permitindo que o paciente vivencie esse momento de forma serena e sem intervenções médicas desnecessárias. A médica Ana Cláudia Quintana Arantes, especialista em cuidados paliativos, destaca a importância de uma abordagem humanizada no processo de morrer. Segundo a autora, a morte deve ser

compreendida como parte natural da vida, e cabe aos profissionais de saúde garantir que essa etapa ocorra com o máximo de conforto e dignidade (ARANTES, 2019). Para ela, a quebra do tabu em torno da morte é fundamental para que pacientes e familiares possam vivenciar esse momento de maneira mais consciente e tranquila, permitindo uma despedida menos traumática e mais respeitosa.

A terminalidade não deve ser encarada como sinônimo de abandono terapêutico, mas como um período em que o foco do cuidado se desloca para a promoção do conforto e do bem-estar. Isso inclui o controle eficaz da dor e de outros sintomas, como dispneia, fadiga, náusea e ansiedade, por meio de estratégias farmacológicas e não farmacológicas (SILVA; CARVALHO; ALMEIDA, 2019). Além do alívio físico, os cuidados paliativos reconhecem a necessidade de um suporte psicossocial adequado para o paciente e sua família. O diagnóstico de uma doença incurável e o processo de morte geram medo, incerteza e sofrimento emocional. A escuta ativa e o acompanhamento psicológico são fundamentais para auxiliar na elaboração do luto antecipatório e na resignificação da experiência da finitude (NOVAES; BITTAR; OLIVEIRA, 2020).

Outro aspecto essencial dos cuidados paliativos é o respeito à autonomia do paciente. O processo de morrer deve ser conduzido de maneira a garantir que as preferências individuais sejam respeitadas, evitando procedimentos invasivos desnecessários e permitindo que a pessoa tenha voz ativa sobre seu próprio cuidado (KOVÁCS, 2019). Isso inclui decisões sobre sedação paliativa, escolha do local onde deseja passar seus últimos momentos (hospital, casa ou instituição especializada) e a recusa de tratamentos fúteis (SANTOS; CAMPOS; SILVEIRA, 2022). O suporte espiritual também desempenha um papel importante, independentemente da crença religiosa do paciente. A terminalidade desperta reflexões profundas sobre o significado da vida, o propósito da existência e a continuidade após a morte. Assim, a equipe de cuidados paliativos deve estar preparada para oferecer suporte nesse âmbito, respeitando crenças e valores individuais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020).

Por fim, é fundamental considerar a família e os cuidadores nesse processo. A sobrecarga emocional e física dos familiares que acompanham um ente querido em fase terminal pode ser intensa, exigindo suporte psicológico, orientação e acolhimento (BRASIL, 2018). Estratégias como grupos de apoio, assistência social e aconselhamento sobre o luto são essenciais para garantir que o processo de despedida ocorra de forma menos traumática (SEMERARO; SALETE; ROSA, 2021).

3.2 Desafios e Avanços da Legislação na Consolidação das Práticas de Cuidados Paliativos

É evidente o avanço da legislação brasileira na regulamentação dos cuidados paliativos. A Lei nº 14.758/2023 estabelece diretrizes específicas para a inclusão dessa abordagem nos serviços de saúde, assegurando que pacientes com doenças crônicas e terminais tenham acesso a um atendimento humanizado e adequado às suas necessidades. No entanto, a aplicação prática dessa legislação ainda enfrenta dificuldades, especialmente no que se refere à capacitação de profissionais e à alocação de recursos para viabilizar sua efetivação (BRASIL, 2023). Segundo o Ministério da Saúde a implementação da Política Nacional de Cuidados Paliativos, visa ampliar o acesso a essa abordagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa política prevê a implantação de cerca de 1.300 equipes especializadas em todo o país, com foco no controle da dor, no alívio de sintomas e no suporte emocional a pacientes e familiares (BRASIL, 2024). Apesar dos avanços, a implementação dessa política enfrenta desafios estruturais. A falta de infraestrutura adequada e de recursos financeiros suficientes dificulta a expansão dos serviços de cuidados paliativos, limitando o atendimento a um número restrito de pacientes. Além disso, a escassez de equipes multidisciplinares preparadas para atuar nessa área compromete a efetividade das políticas públicas, tornando necessária uma maior

priorização do tema na agenda governamental (SILVA; CARVALHO, 2023).

Nos cuidados paliativos, um dos principais desafios é desmistificar a visão curativista predominante entre os profissionais de saúde. Historicamente, a medicina foi estruturada com foco na cura, priorizando intervenções terapêuticas que visam a erradicação da doença e a restauração da saúde. No entanto, essa abordagem muitas vezes negligencia a necessidade de assistência integral ao paciente em condições irreversíveis, perpetuando a ideia de que a morte representa um fracasso terapêutico (PESSINI, 2017).

A cultura curativista ainda se reflete na formação acadêmica dos profissionais de saúde, que enfatiza majoritariamente a resolução de quadros clínicos e a utilização de recursos tecnológicos para prolongamento da vida. Esse modelo, embora essencial para diversas situações, pode se tornar um obstáculo no cuidado de pacientes terminais, pois dificulta a aceitação de práticas que priorizam o conforto e a qualidade de vida em detrimento da terapêutica agressiva (COSTA; LIMA, 2020). Como consequência, muitos profissionais enfrentam dificuldades em lidar com a morte e resistem à adoção dos cuidados paliativos como uma abordagem válida e necessária.

Para superar esse paradigma, é fundamental uma mudança na perspectiva da assistência em saúde, reconhecendo que o cuidado paliativo não significa abandono, mas sim a adaptação do tratamento às necessidades do paciente. A abordagem paliativa enfatiza o alívio da dor e do sofrimento, a comunicação empática e o suporte emocional ao paciente e seus familiares, permitindo que o processo de morrer ocorra de forma digna e respeitosa (SOUZA et al., 2021). Além disso, a inclusão de conteúdos sobre cuidados paliativos na formação acadêmica pode contribuir para que os profissionais desenvolvam competências voltadas ao acolhimento e ao suporte integral na terminalidade da vida. A médica Ana Cláudia Quintana Arantes ressalta que o enfrentamento da morte de maneira humanizada exige um novo olhar dos profissionais de saúde, no qual o foco se desloque da tentativa de cura a qualquer custo para a promoção de uma despedida mais serena e menos dolorosa. Para a autora, essa mudança não apenas beneficia os pacientes, mas também auxilia os profissionais a lidarem com os desafios emocionais inerentes ao cuidado de pessoas em fase final da vida (ARANTES, 2019).

Outro obstáculo relevante é o estigma cultural associado aos cuidados paliativos. A cultura ocidental, de maneira geral, tem dificuldade em lidar com a finitude da vida, o que gera uma expectativa de que a medicina deve intervir a qualquer custo para prolongar a sobrevivência dos pacientes. Esse pensamento leva à frustração e à sensação de impotência por parte dos familiares, que, ao não compreenderem os limites terapêuticos, podem acreditar que os profissionais de saúde desistiram do tratamento. Essa percepção é ainda mais intensa em cenários onde há falhas na comunicação entre a equipe médica e os familiares, dificultando a aceitação do prognóstico e das decisões voltadas ao conforto e à dignidade do paciente (SOUZA; MELO; BARBOSA, 2021).

A ausência de uma abordagem estruturada para dialogar com a população sobre o propósito dos cuidados paliativos também contribui para a perpetuação do estigma de descaso. Em muitos casos, familiares só tomam conhecimento dessa modalidade de assistência nos estágios mais avançados da doença, sem tempo hábil para compreender sua importância e benefícios. Além disso, a sobrecarga dos profissionais de saúde e a limitação de recursos no sistema público dificultam a implementação de um modelo de cuidado mais humanizado e acessível a todos que necessitam (COSTA; LIMA, 2020). A disseminação de informações e campanhas de conscientização são essenciais para modificar essa percepção e garantir que pacientes e familiares compreendam a importância dos cuidados paliativos no contexto da terminalidade (KOVÁCS, 2020).

Diante desses desafios, é fundamental que políticas públicas continuem sendo aprimoradas para garantir a consolidação dos cuidados paliativos no Brasil. A ampliação da infraestrutura, a capacitação de profissionais e a mudança na percepção cultural sobre a

terminalidade são aspectos essenciais para que essa abordagem seja devidamente implementada. Com isso, espera-se que os pacientes em fase final de vida tenham acesso a um cuidado digno, respeitando seus direitos e promovendo uma melhor qualidade de vida até o último momento (PESSINI; BERTACHINI, 2021).

4 CONCLUSÃO

Os cuidados paliativos oferecem uma abordagem humanizada para a finitude e a terminalidade da vida, garantindo que o processo de morrer ocorra com dignidade, respeito e sem sofrimento desnecessário. Ao valorizar a qualidade de vida até o último instante, essa prática reafirma o direito do paciente a um cuidado centrado em suas necessidades e desejos. Assim, a morte deixa de ser encarada apenas como um evento biológico e passa a ser compreendida como uma fase da vida que pode ser vivida de forma plena e significativa.

A formação acadêmica e profissional em cuidados paliativos precisa ser ampliada para garantir que os profissionais da saúde estejam preparados para lidar com a terminalidade de forma ética e compassiva. A desconstrução do modelo curativista na assistência à saúde é essencial para que os cuidados paliativos sejam efetivamente incorporados às práticas clínicas. O reconhecimento da finitude da vida como um processo natural e a adoção de medidas que garantam conforto e dignidade aos pacientes terminais devem ser prioridades no atendimento humanizado, possibilitando uma transição mais respeitosa para o final da vida. Além disso, é essencial que haja investimentos contínuos na estruturação de serviços especializados, garantindo que a abordagem paliativa esteja acessível a todos os pacientes que dela necessitam. A conscientização da sociedade também desempenha um papel fundamental na desconstrução de mitos e na promoção de uma compreensão mais acolhedora sobre os cuidados paliativos, reforçando seu papel na garantia de dignidade e conforto na finitude da vida. Dessa forma, a consolidação dos cuidados paliativos no Brasil depende de um esforço conjunto entre governo, instituições de ensino, profissionais de saúde e a sociedade. A construção de um sistema de saúde mais humanizado e preparado para lidar com a finitude da vida é um desafio, mas também uma necessidade urgente para assegurar que todos os indivíduos tenham direito a um cuidado digno e respeitoso até o fim.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. C. Q. A morte é um dia que vale a pena viver. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 41, de 31 de outubro de 2018. Dispõe sobre a Política Nacional de Cuidados Paliativos. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Cuidados Paliativos. Brasília, 2024.

COSTA, T. F.; LIMA, M. A. A formação médica e os desafios dos cuidados paliativos. São Paulo: Manole, 2020.

DALLARI, D. Direitos fundamentais e bioética. São Paulo: Saraiva, 2020.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019. KOVÁCS, M. J. Morte e desenvolvimento humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2019.

NOVAES, M. R. C. G.; BITTAR, C.; OLIVEIRA, D. Cuidados paliativos: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Revinter, 2020.

PESSINI, L. Distanásia, eutanásia e ortotanásia: dilemas da bioética e do fim da vida. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2017.

PESSINI, L.; BERTACHINI, L. Cuidados paliativos: ciência e proteção da dignidade humana. São Paulo: Loyola, 2017.

SANTOS, M. A.; COELHO, R. C. Bioética e fim da vida: um olhar sobre a ortotanásia. Belo Horizonte: Vozes, 2019.

SANTOS, M. A.; CAMPOS, T. R.; SILVEIRA, R. Morte digna e o papel dos cuidados paliativos. Recife: Ed. Universitária, 2022.

SEMERARO, G.; SALETE, R.; ROSA, T. S. Princípios e práticas em cuidados paliativos. Curitiba: CRV, 2021.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico: estrutura e elaboração. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, M. J.; CARVALHO, R. T.; ALMEIDA, I. C. Manual de cuidados paliativos. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

SILVA, M. J.; CARVALHO, R. T. Cuidados paliativos e políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Atheneu, 2023.

SOUZA, P. A.; MELO, R. C.; BARBOSA, M. H. Cuidados paliativos: princípios e práticas na assistência à saúde. Belo Horizonte: Nescon, 2021.

VIEIRA, P. R.; BARROS, L. F. Cuidados paliativos e a busca por uma boa morte. Curitiba: Juruá, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Palliative care: key facts. Geneva, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/palliative-care>. Acesso em: 26 fev. 2025